

# Os padrões da cooperação educacional – o caso dos Estados Unidos-Brasil, e Fulbright-CAPES

## The patterns of educational cooperation – the case of US-Brazil relations, and Fulbright-CAPES

Daniella Toscano\*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 144, jul.-ago. 2014 [p. 24 a 31]

### Introdução

Em março de 2011, na visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ao Brasil, dois temas centrais nas futuras parcerias entre Brasília e Washington receberam destaque: a educação e a inovação. O governo brasileiro mostrou o interesse em aproximar e avançar as experiências educacionais de ambos, ampliar o intercâmbio e construir o progresso em todas as áreas do conhecimento. Na ocasião dois acordos foram assinados. Um destinado ao desenvolvimento de pesquisas em áreas prioritárias; e outro, à intensificação do intercâmbio acadêmico para promoção do entendimento mútuo e do desenvolvimento da ciência e tecnologia (C&T).

Estariam o Brasil e os Estados Unidos construindo um relacionamento maduro, diante do perfil nacional e econômico do Brasil, mais robusto e sofisticado? Seria essa uma relação de cooperação tradicional ou uma “parceria estratégica” no campo educacional? Em que pese a polêmica que cerca ainda o conceito de “parceria estratégica” na experiência internacional brasileira, o fato é que esse relacionamento tem se convertido em um caso paradigmático de uma parceria estratégica mais elaborada, dada a intensidade e a crescente sofisticação atingida pela cooperação educacional entre Brasil e Estados Unidos.

Quais são os interesses de cada parte nessa parceria? O Brasil busca educação, ciência, tecnologia e inovação – que representam recursos cruciais de qualquer estratégia de desenvolvimento. Os Estados Unidos tem interesse em incrementar seu prestígio junto às instituições e à maior economia da América Latina, e concebem os instrumentos de cooperação para intercâmbios educacionais como ferramentas essenciais de sua diplomacia pública, expressão do seu *soft power*.

Nesse trabalho se buscará analisar a cooperação educacional entre os países na última década, na perspectiva de dois atores centrais: a Comissão Fulbright, que supervisiona as atividades do Programa Fulbright, patrocinado pelo Departamento de Estado norte-americano; e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. Do lado norte-americano está um programa de intercâmbio educacional internacional destinado ao aumento da compreensão mútua entre os povos dos Estados Unidos e de outros países; e do lado brasileiro, está sua maior cooperante, uma fundação fomentadora da qualificação de recursos humanos, da qualidade no ensino brasileiro e da disseminação do conhecimento.

\* Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade de Brasília – UnB (daniellat@gmail.com)

A fim de contextualizar o proposto, o presente artigo é dividido em três partes: conceitos centrais, relação entre os dois países, e apresentação dos atores centrais Fulbright e CAPES.

## Conceitos centrais e considerações

### A cooperação internacional e a educacional

Nos estudos sobre cooperação internacional, em geral, se costuma fazer uma diferenciação inequívoca entre os conceitos de “cooperação” e de “colaboração”, pois, ainda que essas expressões representem, para o sentido comum, “trabalhar juntos”, elas apresentam características distintas no mister próprio da cooperação internacional – como apresenta Silva. Na colaboração, a forma de relacionar-se não é equitativa, é em geral assimétrica, não há necessariamente confiança mútua; há um ator principal, responsável e proprietário dos resultados que serão obtidos, enquanto os outros atores são coadjuvantes. Na cooperação, diferentemente, há um amadurecimento na forma de vinculação, caracterizada pela ampliação do “diálogo”, “negociação”, “decisão conjunta”, “definição” e gerenciamento conjuntos de projetos, e compartilhamento de custos, inclusive os de pesquisa e desenvolvimento. Cada parte apresenta o seu melhor para o acordo, “de maneira complementar” e o mais equitativo possível, com a garantia de manutenção de suas independências. Conforme esse tipo de parceria resulta em sucesso, há motivação para a “realização de outras, mais audaciosas” e complexas, implicando em maior coordenação, conhecimento, compartilhamento mútuo de tarefas (Silva, 2007: 7-9).

Desde o fim da Guerra Fria e com o advento da globalização, o conseqüente aumento dos fluxos comerciais e financeiros e a expansão de um novo paradigma científico e tecnológico, permitiram o brutal adensamento dos contatos entre os diferentes países em suas diferentes modalidades. Esse ambiente internacional transformado proporcionou um aumento de contatos bilaterais e um ambiente propício para a consecução de projetos comuns e de cooperação política e econômica (Lessa e Oliveira, 2013: 10). Nesse cenário, a crescente sofisticação dos sistemas educacionais, científicos e tecnológicos permitiram que países inseridos tradicionalmente nas relações de colaboração, a exemplo do Brasil, pudessem atuar em uma parceria mais evoluída e equitativa como é a cooperação.

Quanto à cooperação educacional internacional, ela é interessante quando há “complementaridade real de interesses” entre estados, mediante a existência de certa base educacional, científica e tecnológica nos atores envolvidos (Amorim, 1994: 162). No caso brasileiro, fazer essa reflexão permite, inclusive, observar a política externa adotada para o atendimento das prioridades internas – ao permitir o fomento e o aumento da mobilidade acadêmica, formar recursos humanos aptos a cooperar e aprimorar a C&T, e a promover a inovação. Como conseqüência, a qualificação desses recursos humanos possibilita a atenuação de assimetrias internas, o rompimento da baixa competitividade, a melhor gerência nos setores privado e público, e a execução de projetos destinados à melhora de infraestrutura (Cervo, 2012: 54).

Ademais, no caso concreto, a vivência de uma experiência internacional por parte de um estudante ou pesquisador nos Estados Unidos, promove o crescimento *pessoal, profissional e social* do egresso. Isso ocorre por haver um ambiente institucional propício ao desenvolvimento de pesquisas sem problemas financeiros e nem materiais, que permite a participação em projetos de pesquisa e a cooperação com colegas e professores – conforme estatuem Demir, Aksu e Paykoç.

Como resultado, o intercâmbio promovido com os norte-americanos possibilita ao beneficiado o desenvolvimento das relações interpessoais e interculturais, e de habilidades em estudos e em idiomas. Além disso, a experiência internacional contribui para o desenvolvimento humano, econômico e social do país de

origem do egresso – ao treinar cientistas e desenvolver a ciência, ao viabilizar oportunidades para transferência de tecnologia, e abrir espaço para a introdução de sua cultura no exterior (Demir, Aksu e Paykoç, 2000: 109).

### *Soft Power* e o intercâmbio educacional

O termo *soft power*, cunhado por Joseph Nye Jr, está relacionado à habilidade de um Estado em atrair e persuadir outros. Ao tratar dos recursos de um país para obter esse poder, e manter as condições efetivas para seu exercício, o autor registra três recursos: a cultura, os valores políticos e a política externa (Nye, 2004: 11). Sob essa perspectiva, o intercâmbio internacional é uma das estratégias eficaz e de longo prazo de exercício dos recursos do *soft power* e de promoção da democracia (Nye, 2004: 123).

No caso concreto dos Estados Unidos, os programas de intercâmbio educacional tem importante papel na difusão de valores e práticas liberais em outros países – ou seja na promoção do seu *soft power* (Atkinson, 2010). Como o próprio Nye afirma, muitos dos egressos de programas de intercâmbio internacional retornam a seu país de origem apreciando os valores e as instituições norte-americanas (Nye, 2004: 45).

Considera-se que, a experiência de alunos e pesquisadores no exterior, além de difundir ideias, valores e princípios de modo transnacional, pode ter impacto nas instituições políticas e influenciar o comportamento político no país de origem – uma vez que muitos desses egressos poderão ocupar posições ou postos nos aparelhos de Estado de seus países, convenientes à política ou interesses norte-americanos (Nye, 2004; Atkinson, 2010).

Todavia, cabe citar que os programas de intercâmbio educacional somente produzirão o efeito aguardado, ou seja de levar ao incremento da influência, se o estudante ou pesquisador retornar de fato ao seu país de origem, e se três condições forem atendidas. São elas: 1) a ocorrência de reais interações sociais no exterior; 2) o compartilhamento do senso de comunidade ou identidade comum entre o estrangeiro e quem o recebe; 3) a possibilidade de influência (posição política, institucional, acadêmico-científica) do egresso (Atkinson, 2010: 5).

### Parceria estratégica

Neste trabalho o termo “parceria estratégica” não é empregado como rótulo vulgarizado tanto pela diplomacia quanto pela academia brasileira (Lessa e Oliveira, 2013: 9), ou no sentido de alternância por exclusão conjectural; e sim com vistas à prioridade no conjunto dos relacionamentos bilaterais internacionais.

Como Farias aponta o termo *parceria* é usado no sentido de “associação para alcance de objetivos comuns, envolvendo cooperação, associação e colaboração”. E a expressão *estratégica* está relacionada com a “identificação de objetivos relevantes de longo prazo e a existência de interesses e meios para alcançá-los”. Diferentemente das alianças, conceito fundamental das relações internacionais, que estão ligadas a área de segurança, especialmente sob a percepção de ameaças; as parcerias estratégicas “são articuladas com base em percepção de oportunidades” (Farias, 2013: 24-25).

### Brasil e Estados Unidos

Amado Cervo estatui que dois relacionamentos históricos atingiram a condição de relações duradouras que transcendem as oscilações circunstanciais das estratégias de política externa dos governos que se alternam no poder: as relações com a Argentina e, evidentemente, com os Estados Unidos. A relação com Washington é o eixo mais relevante para a “formação nacional, jamais depreciado por governos ou regimes políticos até o presente” (Cervo, 2012: 48). No campo da cooperação educacional, a relação bilateral acompanha essa tendência.

Após a Guerra Fria, novas condicionantes como o dinamismo da democratização e da globalização econômica na América Latina foram consideradas elementos essenciais na adaptação das políticas tradicionais de Washington para a América Latina. Naquele momento, há um retorno aos valores *wilsonianos*<sup>1</sup>, com a retórica da democracia, da liberdade, de mercado abertos e da cooperação – com a abrangência de temas como narcotráfico e imigração e mercado comercial – que é impulsionada pelos Estados Unidos (Crandall, 2008).

Do lado brasileiro, o País iniciou os anos noventa democratizado e terminou a década com economia estabilizada, em ascendência política no cenário internacional. Nos anos 2000, se apresentou com as características de um ator com maior capacidade de ação, e reivindicou a identidade de um “ator global”, interessado na cooperações Norte-Sul e Sul-Sul, em que há possibilidades inclusive de exercício de *soft power* brasileiro, na ausência de *hard power*. No contexto, as relações com os Estados Unidos evoluem, aumentam o nível de complexidade e novos temas são somados à agenda, tais como: mercado regional, agenda ambiental, C&T (Hirst, 2005). O Brasil é visto como parceiro maduro, não como adversário, confiável para investimento, e apresenta potencial para a liderança regional.

## Fulbright e CAPES

### Contextos histórico e político

Antes de tratar dos atores centrais, cabe ressaltar o papel do estado norte-americano no ensino superior<sup>2</sup> e a base que alimenta o intercâmbio educacional. Washington, ao longo de sessenta anos, adotou um modelo pautado em investimento voltado ao ensino, à pesquisa e às suas universidades. Por meio de políticas específicas, o governo norte-americano desenvolveu um sistema de ensino superior intensivo em pesquisa que produz talentos altamente qualificados que mantêm e expandem a hegemonia do País nesse nível de ensino. Os Estados Unidos também apresentam domínio na concessão de bolsas de estudos, nas mais diversas áreas do conhecimento, atraindo estudantes de todo o mundo para trabalhar em projetos de pesquisa e obter graus avançados de formação – graças à disponibilidade e à gerência de financiamentos para pesquisas (Carnoy, 2013: 13).

Quanto ao Programa Fulbright, quando a lei para sua criação foi promulgada em 1946, após o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido em dois blocos excludentes. Os norte-americanos estavam construindo seu papel no meio internacional em um ambiente de desconfiança mútua com os soviéticos. Desse modo, por meio da formulação de alianças militares, de doutrinas políticas, e de planos para reconstrução econômica e social de países, os Estados Unidos buscavam aumentar sua influência no cenário internacional. No plano doméstico, Washington criava leis e instituições essenciais à coordenação internacional de seus interesses, à segurança do mundo ocidental e à luta contra o comunismo na atmosfera da Guerra Fria (Saraiva, 2001: 21-26).

O principal objetivo do Programa Fulbright era ampliar o entendimento entre a sociedade norte-americana e as de outros países, ao tempo que promoveria o intercâmbio de estudantes nos campos educacional, cultural e das ciências (Fulbright, 2013). O potencial do Programa foi percebido logo nos seus primórdios. No final da década de 1940, o intercâmbio entre norte-americanos e estrangeiros alcançava China, Birmânia, Filipinas, Nova Zelândia, Reino Unido, Bélgica, França, Itália, Holanda e Noruega.

1 Sobre os valores *wilsonianos*, Hook e Spanier atentam para a valia deles ao alicerçarem o exercício da diplomacia global exercida por Washington – voltada não somente à proteção de estados, como também ao próprio sistema interestatal internacional de interesse norte-americano (HOOK e SPANIER: 2007, 7.ed., p. XVI).

2 Sobre o papel do estado, ver Carnoy, 2013: cap. 1.

Em 1961, o *Mutual Educational and Cultural Exchange Act of 1961*, conhecido como Lei Fulbright-Hays, concedeu maior flexibilidade e amplitude ao Programa, ao permitir o aumento no número de países participantes, o incentivo de financiamento conjunto, capacitação em planejamentos de longo prazo, o estabelecimento de comissões bilaterais, assim como a consolidação de outros programas semelhantes e outros setores do governo (Adams e Infeld, 2011). Isso proporcionou maior flexibilidade na gerência do Programa e crescimento de seu financiamento, que pode ser observado em números recentes. Em 2004, a captação total do Programa alcançava 300 milhões de dólares, e em 2010, 400 milhões de dólares (Fulbright, 2012).

O Programa Fulbright, ao fomentar o intercâmbio internacional, permite que educadores e acadêmicos estrangeiros alcancem maior grau de formação em instituições norte-americanas, potencializa o cultivo da imagem e dos valores dos Estados Unidos no exterior, em atendimento ao exercício de *soft power*. Igualmente o faz quando viabiliza a educação internacional a discentes e docentes norte-americanos no exterior (Demir, Asku e Paykoç, 2000).

A relação do Programa com o Brasil teve início em 1957. Por meio da troca de notas diplomáticas, a Comissão para Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos e o Brasil (Comissão Fulbright) foi instituída localmente, composta por representantes brasileiros e norte-americanos. Atualmente, a Comissão Fulbright mantém relações com instituições de destaque, além da CAPES, como o Conselho Nacional Científico e Tecnológico (CNPq), as fundações de Incentivo à Pesquisa dos estados de São Paulo (FAPESP) e Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Quanto à CAPES, esta nasceu em contexto diverso, como uma expressão do nacional desenvolvimentismo e em momento em que a questão de transferência de tecnologia e formação de quadros era assunto central para o governo brasileiro (Gouvêa, 2012). A fundação foi criada durante o segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1954)<sup>3</sup>, quando urgia a necessidade de formar especialistas e pesquisadores que pudessem ser agregados ao esforço de adensamento da inteligência nacional, encorpando as universidades então existentes, e sofisticando os quadros disponíveis para atuação no próprio aparelho de Estado e na iniciativa privada.

Em um cenário em que o Brasil não tinha elevados investimentos para formar recursos humanos, tampouco as universidades apresentavam esse perfil, a opção era a formação no exterior (Neddermeyer, 2002). Na década de 1950, as primeiras bolsas foram concedidas pela CAPES, inclusive com o apoio da Fundação Rockefeller em 1956.

No interesse em atender o desenvolvimento econômico para alcançar a segurança nacional (Lima, 2005), e incrementar a política educacional em favor do desenvolvimento da C&T como recurso de superação dos desafios econômicos, tornou-se prioritária a criação e a consolidação de um sistema nacional de pós-graduação, que recebeu aporte financeiro e apoio político substancial entre os anos sessenta e setenta (Neddermeyer, 2002). Nesse contexto, a cooperação internacional se apresentava (e ainda se apresenta) como um dos elementos fundamentais da política externa para atendimento das prioridades internas. Assim a CAPES desenvolveu sua primeira parceria internacional com o Cofecub – Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária (1978); iniciou ações com o LASPAU (*Latin American Scholarship Program of American Universities*), com a Comissão Fulbright; assinou compromissos com o British Council (1988) e DAAD (Intercâmbio Acadêmico Brasil-Alemanha) em 1994; entre outras ações.

Desse modo, na segunda metade do século XX, o Brasil empenhou ações estratégicas, tais como o recrutamento de professores estrangeiros; contratação de comissões estrangeiras; estabelecimento de escolas específicas em campos como Administração, Agricultura e Medicina; treinamento de cientistas no campo nuclear; envio de engenheiros e brasileiros de outras áreas ao exterior, para adequar a formação de quadros ao atendimento dos interesses nacionais. Essas ações possibilitaram concomitantemente a consolidação da graduação e da pós-graduação brasileiras.

3 Quando também era criado o CNPq, para formular a política nacional de C&T.

## A pós-graduação brasileira e a presente parceria entre a CAPES e a Fulbright

Como visto, a concessão de bolsas de estudos no exterior objetivava a capacitação de docentes e pesquisadores para a implantação da pós-graduação brasileira. Consolidado esse nível de ensino, a cooperação educacional no século XXI alcança outro patamar. Além de proporcionar a troca de saberes, ela permite a maturidade da pesquisa científica, a internacionalização da C&T e a formação de quadros especializados em áreas ainda pouco consolidadas no Brasil, como Biotecnologia, Nanotecnologia e Biodiversidade.

Instalada a capacidade técnico-científica no Brasil, a CAPES reduziu a oferta de bolsas de doutorado pleno no exterior e passou a privilegiar outros tipos de programas, como doutorado-sanduíche e pós-doutoramento no exterior, a partir da última década (Brasil, 2011: 107). Essa mudança traduz a priorização concedida ao aperfeiçoamento do conhecimento e das habilidades dos estudantes, pesquisadores e profissionais.

O apoio da Fulbright a essa alternância é observado na relação com a CAPES nos últimos quatro anos. Até 2009 o Programa de bolsas CAPES/Fulbright era destinado a concessão de bolsas para doutorado pleno; no ano seguinte, esse programa foi substituído pelo Programa de Estágio de Doutorando nos Estados Unidos (Brasil, 2011).

Em 2010, a CAPES em parceria com a Fulbright ofertava seis programas: três destinados a estudantes de pós-graduação, e outros três destinados a professores (Brasil, 2011). Em 2014, a mudança na prioridade do fomento é clara, oito programas são oferecidos no âmbito CAPES/Fulbright, sendo dois para estudantes de pós-graduação, três para professores (inclusive para aperfeiçoamento do idioma Inglês), e três para professores e pesquisadores (Fulbright, 2014). Esse movimento demonstra claramente o interesse na mobilidade internacional e consequente acesso da massa intelectual brasileira aos grandes centros acadêmicos e de treinamento dos Estados Unidos, com vistas ao incremento da pesquisa brasileira e norte-americana e ao aperfeiçoamento da ciência brasileira.

Ademais, a Fulbright igualmente é parceira da CAPES, nos Estados Unidos, no Programa Ciência sem Fronteiras<sup>4</sup> – uma das bandeiras do Governo Dilma Rousseff. O Programa consiste no envio de estudantes de graduação e pós-graduação, especialmente das ciências duras, considerando a consolidação, expansão e internacionalização da C&T brasileiras. As bolsas concedidas para as modalidades doutorado sanduíche e estágio pós-doutoral são apoiadas pela Comissão Fulbright.

Com efeito, observa-se na atuação dos parceiros CAPES e Fulbright, exemplos de atores governamentais centrais articulados em favor da participação, do entendimento e do gerenciamento de projetos conjuntos, com objetivos de longo prazo. Essa articulação é essencial para o exercício da parceria estratégica ora conceituada, baseada nos interesses e nos recursos de cada parte. Posto isso, nota-se ainda a harmonia e o avanço na relação que espelham a estrutura do relacionamento maduro mantido na cooperação educacional promovida entre o Brasil e os Estados Unidos.

## Conclusão

A análise da cooperação educacional promovida entre os Estados Unidos e o Brasil foi estruturada para evidenciar que essa relação, atualmente sofisticada, está alcançando o patamar de uma parceria estratégica, sob as óticas dos atores Comissão Fulbright e CAPES, visto os recursos e interesses de cada parte.

Na parceria em questão, de um lado estão os Estados Unidos que têm o Brasil como relevante parceiro em diversos planos da política e economia internacionais, e veem o intercâmbio internacional como uma das

4 Programa lançado em 2011, com o objetivo de conceder 100 mil bolsas de estudos no exterior até 2014, visando a mobilidade internacional e a promoção da cooperação internacional.

estratégias para o exercício do *soft power* (Nye, 2004). No conjunto está o Programa Fulbright. Do outro lado, está o Brasil, potência emergente, com capacidade científica instalada, com instituições de pesquisa de referência internacional, todavia demandante de maior qualidade na educação e na C&T, e de inovação – para alcançar o desenvolvimento e a internacionalização pretendidos. Em seu aparelho estatal, encontra-se a CAPES, principal parceira nacional da Comissão Fulbright.

O adensamento dos programas operados bilateralmente e a diversificação dos modos de financiamento, sobretudo na última década, corroboram o alinhamento e o acompanhamento da Fulbright nas ações da CAPES. Esse apoio ocorre em momento da diversificação do fomento, visto o almejado salto de qualidade e maturidade na ciência brasileira. Ademais, a afinidade apresentada entre os cooperantes traduz a associação em condições de estabilidade com expectativa de duração, segundo os recursos de cada parte e em favor de seus interesses. Todo esse conjunto traz elementos que perpassam uma cooperação e permitem a observação de uma parceria estratégica no campo educacional.

Por fim, vale acrescentar que, dada as diferenças de interesses na parceria entre os Estados Unidos e o Brasil, cabe um desafio para a sociedade brasileira, seus líderes, formuladores de política ou organizações: usufruir ao máximo a cooperação empreendida com Washington – independente do interesse norte-americano.

## Referências bibliográficas

- ADAMS, William C; INFELD, Donna Lind. Fulbright Scholars in Political Science. *Political Science & Politics*, 2011, Vol.44(3), p. 509-513.
- AMORIM, Celso Luiz Nunes. Perspectivas da Cooperação Internacional. *Cooperação Internacional : Estratégia e Gestão*. MARCOVITCH, Jacques (org.). São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- ATKINSON, Carol. Does Soft Power Matter? A Comparative Analysis of Student Exchange Programs 1980-2006. In *Foreign Policy Analysis* (2010) 6, p. 1-22.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório de Gestão 2004-2010*. Brasília: 2011.
- CARNOY, Martin. *University expansion in a changing global economy: triumph of the BRICS?* Stanford, California: Stanford University Press, 2013.
- CERVO, Amado Luiz. O Brasil na atual ordem mundial. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 1, n. 2, Jul-Dez 2012, p. 37-59.
- CRANDALL, Russell. *The United States and Latin America after the Cold War*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- DEMIR, Cennet Engin; AKSU, Meral; PAYKOÇ, Fersun. Does Fulbright Make a Difference? The Turkish Perspective. *Journal of Studies in International Education*, 2000, Vol.4(1), p. 103-111.
- FARIAS, Rogério de Souza. Parcerias estratégicas: marco conceitual. In: Parcerias Estratégicas do Brasil: o significado e as experiências tradicionais. In LESSA, Antônio Carlos e OLIVEIRA, Henrique Altemani (orgs.). *Parcerias Estratégicas do Brasil: o significado e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, vol. I, p. 15-35.
- FULBRIGHT. *The 48th Annual Report, J. William Fulbright Foreign Scholarship Board. Annual Report 2011-2012*. Washington: Bureau of Educational and Cultural Affairs, U.S. Department of State. 2012.
- FULBRIGHT.. *Fulbright Program History*. Disponível em: <<http://fulbright.state.gov/history.html>>. Acesso em 20/11/2013.
- FULBRIGHT.. *Bolsas para brasileiros*. Disponível em : <http://www.fulbright.org.br/>. Acesso em 17/05/2014.

- GOUVÊA, Fernando César Ferreira. A Institucionalização da Pós-Graduação no Brasil: o primeiro decênio da CAPES (1951-1961). *RBPB*, V.9, N. 17, 2012.
- HIRST, Monica. *The United States and Brazil: a long road and unmet expectations*. New York: Routledge, 2005.
- HOOK, Steven e SPANIER, John. *American Foreign Policy Since World War II*. Washington: CQ Press, 2007, 7.ed.
- LESSA, Antônio Carlos e OLIVEIRA, Henrique Altemani. Parcerias Estratégicas do Brasil: uma busca por conceitos. In LESSA, Antônio Carlos e OLIVEIRA, Henrique Altemani (orgs.). *Parcerias Estratégicas do Brasil: o significado e as experiências tradicionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, vol. I, p. 9-12.
- LIMA, M. R. S. DE. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, p. 24-59, 2005.
- NEDDERMEYER, D. M. A Política de Formação de Recursos Humanos no Exterior da CAPES: A Visão de Quem Entende do Assunto. *INFOCAPES – Boletim Informativo* Vol. 10, Nº 3 julho/setembro, 2002.
- NYE, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.
- SARAIVA, J. F. S. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História*. 1. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001. V. 2.
- SILVA, D. H. DA. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, p. 5-28, 2007.

## Resumo

O principal objetivo deste artigo é analisar os fundamentos e a natureza da cooperação educacional engajada entre os Estados Unidos e o Brasil na última década. O argumento é que a cooperação bilateral em educação, pesquisa e desenvolvimento, tradicional e de certo modo sofisticado, superou o nível de simples colaboração, e evoluiu para uma relação multidimensional em forma de “parceria estratégica”. Isso ocorreu em consequência do adensamento dos programas, e diversificação das modalidades de financiamento, mas especialmente como resultado da crescente importância assumida pelos principais atores envolvidos – Comissão Fulbright e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## Abstract

The main objective of this paper is to analyse the fundamentals and the nature of educational cooperation engaged between the United States and Brazil in the last decade. The argument is that the bilateral cooperation in education, research and development, traditional and somehow sophisticated, surpassed the level of a simple collaboration, and evolves into a multidimensional relationship, shaped as a “strategic partnership”. It took place as a consequence of the densification of the programs, and diversification of funding modalities, but specially as a result of the growing importance assumed by the main actors involved – Fulbright Commission and Brazilian Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education (CAPES).

**Palavras-chave:** Cooperação Educacional; Programa Fulbright; Parceria Estratégica.

**Keywords:** Educational Cooperation; Fulbright Program; Strategic Partnership.

*Recebido em 30/07/2014*

*Aprovado em 30/08/2014*